



SENADO FEDERAL
Diretoria-Geral

III - prestar outras informações a respeito de suas atividades acadêmicas que forem solicitadas pelo Instituto Legislativo Brasileiro.

Art. 42. São deveres do servidor, após a conclusão do curso:

I - entregar, em até sessenta dias após a conclusão do programa, **cópia da dissertação ou tese aprovada para a obtenção da titulação;**

II - **executar ação de disseminação e aplicação do conhecimento adquirido na pós-graduação, quando requisitado pelo Instituto Legislativo Brasileiro**, nos termos do § 8º do art. 19 deste Anexo;

III - **prestar outras informações a respeito de suas atividades acadêmicas que forem solicitadas pelo Instituto Legislativo Brasileiro.**

Art. 42. São deveres do servidor, após a conclusão do curso:

I - **entregar**, em até sessenta dias após a conclusão do programa, **cópia da dissertação ou tese aprovada** para a obtenção da titulação;

II - **executar ação de disseminação e aplicação do conhecimento adquirido na pós-graduação, quando requisitado** pelo Instituto Legislativo Brasileiro, nos termos do § 8º do art. 19 deste Anexo;

III - prestar outras informações a respeito de suas atividades acadêmicas que forem solicitadas pelo Instituto Legislativo Brasileiro.

Art. 43. O Diretor-Geral determinará o ressarcimento ao Senado Federal, do valor correspondente ao incentivo concedido, do servidor que:

I - **desistir, sem motivo justificado**, da ação de capacitação motivadora do afastamento;

II - durante o afastamento, aposentar-se voluntariamente, solicitar exoneração ou tomar posse em outro cargo inacumulável;

III - não permanecer no serviço público federal, na condição de servidor ativo, por período mínimo equivalente ao afastamento concedido, contado da data de retorno do servidor;

IV - **não obtiver o título que justificou seu afastamento**, salvo na hipótese comprovada de força maior ou de caso fortuito, na forma da Lei;

V - **não cumprir os deveres impostos no art. 42 deste Anexo.**

Parágrafo único. Não se exigirá o ressarcimento do servidor que se aposentar por invalidez ou que, por motivos alheios à sua vontade, ficar impossibilitado de concluir o curso, mediante justificativa a ser validada pelo Diretor-Geral.

(...)

Art. 58. O Instituto Legislativo Brasileiro e a unidade responsável pela gestão de pessoas do Senado Federal devem desenvolver, conjuntamente, procedimentos de controle e registro da participação dos servidores em ações de capacitação.

Parágrafo único. **Em caso de descumprimento injustificado, pelo servidor, dos deveres expressos nos arts. 32, 41, 42 e 52 deste Anexo, o ILB dará ciência à Diretoria-Geral, que poderá deliberar a imediata suspensão dos vencimentos do servidor** a ser executada pela unidade responsável pela gestão de pessoas, sem prejuízo das medidas anteriormente previstas. (Grifou-se)

